
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.31750>

Michele Cristina Pedroso Cecarelli*

Leila Maria Ferreira Salles**

* Universidade Estadual Paulista – Unesp/Rio Claro. mi_2u@yahoo.com.br

** Universidade Estadual Paulista – Unesp/Rio Claro. leila@rc.unesp.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens. Os imaginários construídos socialmente sobre jovens são bastante complexos, e ao mesmo tempo em que são considerados por alguns 'problemas' da sociedade, são considerados por outros como o 'futuro' da sociedade, indicando com isso que eles podem e devem impulsionar transformações positivas. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico referente à temática Juventude e Políticas Públicas. Neste levantamento e análise da bibliografia, procuramos identificar as concepções que embasam essas políticas públicas. Em geral, as políticas públicas estão direcionadas aos jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais desfavorecidos da população, moradores na periferia urbana pobre. Os estudos apontam para uma visão negativa em relação a esses jovens considerados problemáticos e sujeitos a protagonizar condutas desviantes. O tema da exclusão social é comumente focado condizentemente às ações e programas governamentais que estão voltados a preparar o jovem para o seu futuro com o intuito de incluí-los socialmente. Estas políticas são direcionadas a um grupo específico de jovens – os pobres –, ou seja, é uma concepção de pobre que beira o preconceito, os jovens têm uma identidade pressuposta atribuída a eles.

Palavras-chave: jovens, políticas sociais, exclusão.

Abstract: Public politics for youth: some considerations public politics for youth. This study aimed to characterize the public politics directed to the youths. The imaginary socially constructed on the youths is so complex, at the same time that they are considered by some like the 'problems' of the society, others consider them as the "future" of the society, indicating that they can and should promote positive changes to them. Therefore, it was realized a search of literature related to the theme Youth and Public Politics. In this survey and review of the literature, we seek to identify the concepts that support those politics. Overall, public politics are directed at the youths from the most disadvantaged socio-economic stratum of the population, residents in a poor urban periphery. Studies point to a negative view of those youths that are considered problematic and protagonists of deviant behavior. The issue of social exclusion is commonly focused in agreement of the actions and government programs that are aimed to prepare the youth for their future in order to include them socially. These public politics studied are directed to a specific group of youths, the poor one, that is, a poor design that borders the preconception, the youths have a presupposed identity assigned to them.

Keywords: youth, social politics, exclusion.

Introdução

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens, buscando problematizar como eles são

interpretados nas políticas públicas que lhe são direcionadas.

Os imaginários construídos socialmente sobre jovens são bastante complexos. Ao

mesmo tempo que os jovens são considerados por alguns como 'problemas' da sociedade, são considerados por outros como o 'futuro' da sociedade, indicando com isso que eles podem e devem impulsionar transformações positivas à sociedade. Abramovay e Castro (2006) apontam que a atuação da mídia, por meio de manchetes, reforça, por um lado, a ideia do jovem como um problema social, associando a sua imagem a crimes e violências; por outro lado, a ideia de jovens como agentes de mudança, na representação de que são a esperança de um mundo melhor, reforçando o senso comum e os estereótipos construídos sobre eles.

A percepção social sobre a juventude tende a ser ambígua e contraditória. Conforme aponta Abad (2003), a juventude é considerada, principalmente a partir da década de 1960, como um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos, mas também como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos no que se refere à autoestima e à personalidade.

De acordo com Ozella (2002), a juventude como uma construção social faz com que os jovens vivam o que se configurou como um período de latência social, que se constitui a partir da sociedade capitalista e que é gerado por questões relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar.

O jovem se constitui de modo que o subjetivo não é igual ao social, pois ao mesmo tempo que há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo, há, também, um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica e uma estrutura própria.

Para Berni e Roso (2014), a concepção de jovem se trata de uma construção social, histórica e cultural que foi fabricada e institucionalizada partindo dos interesses da sociedade moderna industrial. Dayrell (2003), enfatizando que a juventude é uma construção histórico-social, afirma que definir juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Os jovens, como sujeitos sociais, constroem um determinado modo de ser jovem que se torna típico de uma época social e que pode ser verificada no cotidiano de vida jovem. Ainda de acordo com Dayrell (2003), a juventude ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

Dayrell (2003) aponta ainda que é importante compreender os jovens como sujeitos sociais, pois como tal, eles constroem

um determinado modo de ser jovem. Para ele, "nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem em nossa maneira de compreender os jovens" (Dayrell, 2003, p. 40).

Uma das mais comuns representações sobre os jovens, segundo Dayrell (2003), é a de que eles vivem uma condição de transitoriedade, na qual são vistos como um 'vir a ser', cujo sentido atribuído às suas ações do presente está relacionado ao seu futuro e à passagem para a vida adulta. Contudo, de acordo com o autor, para a compreensão da juventude, levando em conta sua diversidade, é necessário desenhá-la por meio de critérios flexíveis, pois participam de um processo específico.

O ser jovem é compreendido por Dayrell (2003, p. 42) como parte de um processo no qual o sujeito é constituído, em que a "juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona".

De acordo com Bourdieu (1983), os jovens estão em um momento da vida em que se mostram mais abertos à apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais, sendo uma fase determinante para seu futuro, mas ser jovem não pode ser reduzido a isso. Para ele, o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social ou um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, constitui-se em uma manipulação evidente.

Os jovens têm interesses, modos próprios de comportar-se e se posicionar no mundo diretamente relacionados aos estratos socioeconômicos a que pertencem.

Por um momento, ser jovem pode ser associado a gozar a vida sem se preocupar, e a juventude é vista como uma época de menor responsabilidade, porém quando esta fase é referenciada e pensada a partir de um jovem em particular, as múltiplas formas de ser jovem se afluam. O jovem pobre morador da periferia e o jovem que pertence a outro estrato socioeconômico são iguais e diferentes. O pertencimento a uma determinada geração os iguala e o pertencimento a classes sociais distintas os distancia, como diz Pais (1990). Os jovens pobres, moradores da periferia urbana da cidade, tendem a ser vistos como um problema

social no qual se busca intervir por meio de políticas públicas.

O jovem de hoje, de acordo com Kliksberg (2006), nasceu em uma América Latina imersa em processos históricos diferentes dos vistos antes, pois, nas últimas décadas, o mundo viveu grandes transformações nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Segundo o autor, a vivência dos jovens de hoje é bastante diferente das vividas pelas gerações anteriores, o que influencia diretamente seus dilemas, buscas e condutas cotidianas, e faz com que o atual momento histórico propicie discussões sobre juventude nos âmbitos político, econômico e social, reforçando as análises sobre juventude e o significado que tem o pertencimento a diferentes estratos socioeconômicos.

Para Kliksberg (2006), uma grande parte da população encontra-se abaixo do que é considerado linha da pobreza e, junto a este fator, há também as desigualdades históricas que ficam cada vez mais acentuadas, produzindo o que é denominado pelo autor como uma variedade de 'circuitos de vida' juvenis.

No caso dos jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais empobrecidos, a associação com problema e gente perigosa parece predominar (Salles & Silva, 2011), vide, por exemplo, toda a discussão na mídia sobre os 'rolezinhos'¹, com o jovem sendo também comumente encarado como um sujeito em desvio. De acordo com Peralva (1997), o jovem pode ser compreendido como aquele que se integra mal, que é resistente à ação socializadora, de modo que se desvia em relação a um determinado padrão normativo.

O imaginário negativo sobre os jovens, segundo Esteves e Abramovay (2007), se faz presente no cotidiano dos jovens e nas relações que estabelecem com as instituições sociais de que participam como, por exemplo, a escola, a família e programas e ações públicas. Nestes, a

representação de jovens como 'geradores de problemas' está fortemente presente.

De acordo com Dayrell e Carrano (2003), para se pensar na população jovem do país hoje é necessário se atentar para as disparidades socioculturais e para os contextos nos quais o jovem se constrói como sujeito.

Como é possível constatar, a realidade social dos jovens demonstra que não existe um único tipo de juventude. Esteves e Abramovay (2007, p. 21) dizem que "grupos juvenis constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades".

Andrade e Neto (2009) também enfatizam que a juventude é composta por processos de diferenciação, pois esta é uma categoria diretamente dependente do contexto ao qual está inserida. Um exemplo disto é a educação dos jovens no Brasil, em que a escolaridade ligada à faixa etária, segundo os autores, "opera importantes diferenciações juvenis", já que "[...] o processo de escolarização constitui hoje, um espaço importante de sentido que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros" (Andrade & Neto, 2009, p. 58).

A discussão aqui apresentada evidencia e reforça que os jovens são constituídos de acordo com suas vivências e experiências; ao mesmo tempo que há fatores que os aproximam, há fatores que os distanciam, principalmente quando são os jovens de menor poder aquisitivo.

Uma caracterização das políticas públicas direcionadas aos jovens

De acordo com Souza (2003), o tema das políticas públicas é relativamente recente na pesquisa acadêmica do Brasil, fazendo-se presente apenas nas últimas décadas, mas, de acordo com a autora, as definições de políticas públicas "guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos" (Souza, 2003, p. 13). Olhar para as políticas públicas voltadas à juventude permite captar como a juventude e os jovens são representados na sociedade por meio de ações concretas induzidas por estas políticas, ou seja, a atenção política oferecida aos jovens se concretiza pelo oferecimento de políticas públicas.

Para Abad (2003), o termo política pode ser definido como uma atividade pela qual a

¹ Rolezinho é o diminutivo de rolê que significa 'fazer um pequeno passeio'. Esses passeios foram marcados por meio de redes sociais e ocorreram em *Shopping Centers* com a presença de centenas de jovens. Os rolezinhos ganharam destaque na mídia pela grande quantidade de jovens e pela ocorrência de supostos delitos cometidos por alguns participantes, como tumultos, furtos e agressões. Os rolezinhos foram também caracterizados como uma denúncia à desigualdade racial e social que ocorreu no ano de 2014.

sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições, juntamente com suas normas e comportamentos. Para ele, “a política, de um determinado ponto de vista, consiste justamente na atividade pela qual essa mesma sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições junto com suas normas e comportamentos” (Abad, 2003, p. 14). Pode, também, ser definida como luta pelo poder e busca de acordos de governabilidade; ou, ainda, como programa de ação governamental, sendo esta proposta a que se aplica ao trabalho.

Abad (2003) aponta que as políticas públicas indicam aquilo que o governo opta ou não por fazer diante de uma situação, sendo, portanto, formas pelas quais as ações do Estado se concretizam frente a determinadas circunstâncias ou sujeitos sociais. As políticas públicas são também caracterizadas por Abad (2003) como o investimento de recursos do governo, que podem por sua vez ser diretamente aplicado em programas e ações, ou podem também ser repassados a programas e ações administrados pelo terceiro setor, como no caso das ONGs.

As políticas públicas, para Höfling (2001), são implementadas pelo Estado com o objetivo de redistribuir os benefícios sociais e diminuir as desigualdades estruturais provindas do desenvolvimento socioeconômico. O Estado elabora políticas públicas que se concretizam em programas e ações direcionados a segmentos específicos da população, como por exemplo, os jovens, os idosos e as mulheres.

As políticas públicas direcionadas aos jovens constituem-se em políticas setoriais, ou por categorias de população, ou políticas focalizadas já que estão destinadas a uma parcela específica da população. Ferreira *et al.* (2006) defendem a necessidade de políticas públicas direcionadas à juventude, argumentando que há a necessidade de aplicação e ampliação dos recursos direcionados para estas políticas. Para isso, devem deixar de ser vistas, pelo governo, como gastos para passarem a ser reconhecidas como investimentos, já que produzem impactos positivos na sociedade.

Para Alves, Souza, Jesus e Roxo (2006), o surgimento de políticas públicas direcionadas aos jovens ocorreu no início da década de 1990, ao mesmo momento que crescia a quantidade de indivíduos pertencentes à faixa etária entre 15 e 24 anos. Nessa época, as vozes desses jovens começavam a ser ouvidas, chamando-lhes ou reclamando a atenção da sociedade, seja na condição de vítimas ou de protagonistas de problemas sociais. A condição dos jovens como

vítimas ou protagonistas de problemas sociais é, como diz Abramo (1997) e Alves *et al.* (2006), veiculada por meio de manchetes de jornal, letras de músicas e até mesmo em programas e projetos sociais elaborados para os jovens. Assim, a visibilidade que os jovens adquiriram nessa década acabou por impulsionar o surgimento de políticas públicas que têm a juventude como público alvo.

No Brasil, até a década de 1990, as políticas públicas que abrangiam os jovens não lhes eram específicas, visto que abarcavam todas as faixas etárias. Essa falta de especificidade é notada, por exemplo, pelo fato de as políticas não estarem, como dizem Sposito e Carrano (2003, p. 17), “[...] sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações”. Porém, essa característica da não especificidade, determinante durante anos, começou a mudar a partir de década de 1990, época em que as políticas públicas específicas para a juventude começaram a ser elaboradas. Essa mudança ocorrida nas políticas públicas ocorreu com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90 (1990).

Antes disso, de acordo com Castro e Abramovay (2003), as políticas públicas voltadas aos jovens, elaboradas principalmente até a década de 1980, direcionavam-se apenas aos jovens infratores ou àqueles que viviam em situação de vulnerabilidade social. Elas tinham por objetivo adequar o comportamento dos jovens às normas sociais, controlando os desvios, ou então prestar algum bem ou serviço, em geral, de ordem assistencial ou pontual. É a partir da década de 1990 que as políticas públicas para a juventude se ampliam.

Embora, segundo Ferreira *et al.* (2006), essas políticas públicas que têm os jovens como foco apresentam-se de forma fragmentada não atendendo às demandas que a juventude apresenta nos diversos âmbitos, como educação, saúde, trabalho e emprego, esporte e lazer, cultura e comunicação, e não atende também as especificidades de gênero, etnia, classe e região. Em geral, são projetos temporários que se configuram como assistencialistas, pontuais e excludentes o que, de acordo com os autores, ocorre principalmente pelo fato de que “o governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas” (Ferreira *et al.*, 2006, p. 50).

Para Sposito e Carrano (2003), as políticas públicas direcionadas à juventude contemplam uma vasta variedade de orientações que variam

conforme as propostas que trazem sobre os modos de enfrentamento dos problemas da juventude. As propostas podem ora estar mais próximas a modelos participativos e democráticos, e ora podem ser caracterizadas como cidadania tutelada, e ora, ainda, se constituírem simplesmente como “forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social” (Sposito & Carrano, 2003, p. 20), e são modelos participativos e democráticos, aqueles que consideram os jovens como sujeitos de direitos e que consideram essencial sua participação durante a elaboração e a execução do programa. A cidadania tutelada seria por sua vez encontrada em programas e ações que oferecem atendimento aos jovens, visando colaborar com os itens necessários para a vida do cidadão. Contudo, esta cidadania é controlada pelo Estado, que estabelece diretrizes para que os jovens permaneçam nos programas e ações, comumente obrigando-os a cumprir determinadas normas, como por exemplo, a frequência à escola.

A ênfase maior das políticas públicas direcionadas aos jovens está, segundo Sposito e Carrano (2003), no “controle do Estado sobre a sociedade” que, de acordo com as autoras, ocorre principalmente com os grupos que estão na base da pirâmide social. Este controle é efetuado na medida em que as políticas públicas visam controlar a vida dos jovens, evitando ou buscando evitar que se envolvam com questões relacionadas à marginalidade, como a violência. Para isso, os programas buscam oferecer condições para que os jovens consigam ingressar de forma mais rápida no mercado de trabalho ou ocupar o tempo livre deles. Nestes programas, aparece comumente a perspectiva de que o Estado sabe qual é a melhor forma de conduzir a vida dos jovens, principalmente daqueles que vivem em situações consideradas vulneráveis.

Siebert et al. (2006), ao caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens, dizem que estas podem ser enquadradas em duas vertentes, conforme a ótica pela qual os jovens são percebidos e/ ou representados. Em um momento, os jovens são caracterizados em uma vertente negativa como um problema social, estando próximos da delinquência e excluídos de setores como educação escolar e saúde e, em outro momento, sob uma ótica positiva, como um potencial trabalhador a ser preparado para o mercado de trabalho. Para os autores, porém, nos dois casos as políticas públicas são

determinadas sem a reflexão sobre as peculiaridades dos jovens a quem são dirigidas.

Para Diógenes (2009), as políticas públicas para a juventude estão fundamentadas em dois pilares, um com políticas que buscam assegurar conquistas de natureza econômica e que deste modo focam a profissionalização e a geração de emprego e renda, neste caso, as políticas públicas direcionadas aos jovens são desenvolvidas tomando-se como parâmetro a inserção/reinserção e criação de oportunidades no mercado de trabalho, e outro com políticas voltadas para conquistas no âmbito social, onde o foco está na cidadania, na participação juvenil, no acesso aos direitos sociais e à cultura, constituindo-se em ações que visam o resgate da autoestima, se desenhando, como afirma Diógenes (2009), como um pêndulo para os jovens.

Os autores acima indicam, analisam e questionam a importância de políticas públicas voltadas a juventude. Embora, segundo Ferreira *et al.* (2006, p. 88), seja “pequena a porcentagem da juventude que tem sido atendida pelas políticas públicas”, o que é reforçado por Rocha (2003) quando diz que no Brasil é bastante comum a não realização de atividades direcionadas a juventude pobre, pois os governantes não percebem essa necessidade.

Mesmo insuficientes, ou de pouca amplitude em geral, as políticas públicas para a juventude que se concretizam em ações e programas estão focados nos jovens mais empobrecidos, moradores na periferia urbana pobre.

As políticas públicas e os jovens das populações empobrecidas

Como está sendo apontado, embora a promulgação da Lei n. 8.069 (1990) rompa com essa lógica ao postular que todas as crianças e adolescentes devem ser atendidas independente da condição socioeconômica, as políticas públicas para a juventude são predominantemente direcionadas aos jovens pertencentes aos setores sociais mais empobrecidos da população, e considerados excluídos de várias esferas sociais como educação, cultura, lazer, trabalho etc.

Um balanço das políticas públicas destinadas a jovens, tal como faz Abad (2002) ao analisar a evolução histórica das políticas públicas de juventude na América Latina, indica que esta é determinada pelos problemas de exclusão dos

jovens da sociedade e têm como proposta facilitar os processos de transição e integração ao mundo adulto. Assim, as políticas públicas na área destinam-se principalmente aos jovens que se enquadram no perfil de pobre, morador de periferia e integrante de famílias consideradas desestruturadas.

Kafrouni (2009), na caracterização que faz a respeito da trajetória das políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil, destaca alguns pontos importantes relacionados a concepções e práticas recorrentes a estas políticas, e para a autora há uma separação histórica entre duas juventudes: a juventude das elites e a juventude pobre, sendo a última a alvo de políticas públicas especificamente voltadas aos jovens.

As políticas públicas continuam a ser predominantemente direcionadas aos jovens pertencentes aos estratos sociais mais desfavorecidos. Grande parcela da população jovem se encontra em situação de vulnerabilidade social e predomina a percepção de que os jovens pertencentes às esferas sociais mais empobrecidas constituem um problema social.

Ao discutir a questão da vulnerabilidade social dos jovens, Carrano e Dayrell (2002, p. 4) afirmam que, eles “se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonogados em ampla escala no Brasil”.

O jovem, enquanto um problema social, é discutido por Abramo (1997) que aponta que grande parte das políticas públicas que são predominantemente destinadas aos jovens de classe socioeconômica mais baixa, toma o jovem como problema social, a ponto dos programas voltados a eles terem como objetivo central reintegrá-los à ordem, por meio de estratégias de ressocialização e capacitação profissional.

Para Sposito e Carrano (2003), é necessário e importante reconhecer que alguns problemas afetam expressivamente a população jovem principalmente aqueles jovens que se encontram em situações consideradas de risco social, que precisaria ser combatido por meio de políticas públicas que levem em conta os problemas existentes em diversas áreas como na saúde, na segurança pública e no emprego. Entretanto, Sposito e Carrano (2003) ressaltam que as políticas para a juventude implantadas pelo Estado, além de sua ação imediata, podem agir ativamente na produção de novas representações sobre a população jovem. Não sendo, assim,

apenas um retrato passivo de como a juventude é concebida socialmente, na medida em que podem influenciar na concepção construída da juventude. Corre-se o risco de que as políticas públicas voltadas à juventude acabem por impor uma percepção, sobre os jovens em situações de vulnerabilidade social, de problemas a ser combatido. De acordo com as autoras, no processo de elaboração das políticas públicas é possível perceber que em muitas das formulações a condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo que requer estratégias eficazes de enfrentamento, ou seja, as políticas são elaboradas tendo em vista o enfrentamento do que comumente é chamado de problemas da juventude, onde a percepção do jovem como problema social parece predominar.

Sposito e Corrochano (2005) e Sposito, Silva e Souza (2006) afirmam que as percepções sobre jovens pobres estão articuladas a questão da violência. Sposito e Corrochano (2005, p. 145) dizem assim que a opinião pública formada em torno dos jovens empobrecidos no Brasil “sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos”. Neste mesmo sentido, Sposito *et al.* (2006) afirmam que, o emergente espaço das ações públicas voltadas aos jovens ainda se inscrevem na lógica de um consenso dominante onde as “iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares”.

Assim, a articulação entre jovens pobres e violência influenciou a maioria das ações oferecidas pelos municípios, e com isso os autores relatam a negatividade dessas ações no sentido de que não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, levando em consideração sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, além do que, por essas razões, essas ações dificultam a alteração de imagens a respeito do jovem pobre ao resumirem estereótipos negativos em relação a eles. As ações que os atingem se inscrevem na lógica de que as iniciativas públicas devem conter ou prevenir a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares, principalmente buscando ocupar o tempo livre destes enquanto estão fora da escola (Sposito & Carrano, 2003, p. 21).

Para Sposito e Corrochano (2005), em geral há uma postura social de defesa das políticas públicas destinadas aos jovens em ‘situação de exclusão social’ ou em condições de

‘vulnerabilidade’, pois ao visarem a ‘reintegração social’ são vistas como possibilidades de amenizar os problemas provocados por estes jovens.

Uma forma de reintegração social postulada e enfatizada nas políticas é, então, a inserção do jovem no mercado de trabalho. Diógenes (2009) afirma que, um dos grandes problemas dessas políticas são o predomínio de iniciativas restritas a profissionalização e a geração de renda e para a autora o tema que tende a prevalecer, e se torna foco das políticas públicas, é a exclusão social da juventude de periferia tendo como forma de enfrentamento a produção de novas oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com Diógenes (2009), uma das grandes preocupações das políticas públicas direcionadas aos jovens é a formação para o trabalho. Trabalhar e se inserir no mercado de trabalho, tem aqui a conotação de que além de tirar o jovem da situação de vulnerabilidade social, o trabalho consiste em um meio de normatização, de disciplinamento da juventude, que vem reforçar a sua importância como eixo norteador das políticas públicas voltadas para o jovem pobre. Ter acesso ao trabalho é importante, visto que trabalhar possibilita sair de uma situação de vulnerabilidade social, permitindo, embora muitas vezes precariamente, uma inclusão social. Trabalhar, se inserir no mercado de trabalho, segundo Castro e Abramovay (2002), é um dos grandes problemas enfrentados pelos jovens pobres, pois são eles que compõem a maior parte da população desempregada ou sujeita aos subempregos. As autoras apontam para as dificuldades enfrentadas pelos jovens tanto para conseguir o primeiro emprego, como para se manter nele, já que não têm qualificação profissional, visto que uma qualificação profissional é pouco acessível aos jovens de famílias pobres.

Contudo, o trabalho dos jovens aparece principalmente para os jovens pobres, como uma condição para a autonomia e liberdade para com sua família, pois de acordo com Dayrell (2002), é por meio do trabalho que o jovem tem a possibilidade de viver a condição juvenil, já que este possibilita o consumo de bens e um mínimo de lazer. De acordo com Castro e Abramovay (2002), o trabalho seria além de uma forma de garantir sua sobrevivência e a de sua família, seria também uma forma de construir sua autoestima, através do respeito que irá adquirir da comunidade e da autonomia adquirida através da independência financeira.

O trabalho desqualificado e mal remunerado do jovem, a princípio não se constitui como um problema, porém ao invés de se tratar de uma etapa inicial na vida dos jovens acaba por se tornar um determinante em sua atuação no mercado de trabalho.

Outro eixo em torno do qual se articulam as políticas públicas direcionadas a essa população se relaciona a questão da escolarização, e Leão (2006) aponta que apesar de os jovens de hoje terem acesso à educação, esta “não corresponde a uma trajetória regular nos sistemas de ensino” (2006, p. 34), quando os jovens de referência são os jovens pobres. De acordo com Leão (2006), a educação aparece para os jovens, como a possibilidade de um futuro melhor, relacionada à ampliação de chances de um bom trabalho.

Para Dubet (2001), a escola encontra-se com a difícil tarefa, que é ser justa para com os sujeitos, contudo esta é uma tarefa bastante complexa, já que de acordo com o autor o jovem pertencente a ela encontra-se em ambiente em que as “desigualdades escolares têm uma amplitude comparável às desigualdades sociais” (2001, p. 31). A desigualdade escolar é apresentada no caso da inflação dos diplomas, em que para Bourdieu e Champagne (1998), a escola deixa de ser considerada a garantia para um futuro melhor.

Outro eixo em torno do qual se articulam as políticas públicas direcionadas a essa população se relaciona a questão do lazer. Para Abramovay e Castro (2002), “nas comunidades pobres, seriam escassas as oportunidades de os jovens usufruírem de bens culturais e terem acesso ao capital cultural e artístico cultivado pela humanidade e parte do patrimônio nacional”, ou seja, os jovens pobres têm dificuldade de acesso a serviços nesta área. Nos dados apresentados por Sarriera, Tatim, Coelho e Busker (2007), apenas 24% dos jovens brasileiros tem a possibilidade de participar de atividades artístico-cultural fora do ambiente escolar, o que de acordo com os autores, indica que estes “não tem acesso facilitado aos recursos que oferecem atividades recreativas e culturais, embora a criação destes espaços tenha forte impacto na redução da violência em comunidades urbanas localizadas nos cinturões da pobreza” (Sarriera *et al.*, 2007, p. 361).

Atrelado às atividades de lazer que são oferecidas aos jovens através dos programas e ações, há a preocupação com a reintegração do jovem que é associada ao controle das formas de uso de seu ‘tempo livre’, já que o modo como o tempo livre é utilizado pelos jovens, de acordo

com Sarriera *et al.* (2007, p. 362), pode “gerar consequências positivas ou negativas para seu desenvolvimento integral”, e se este tempo ocioso do jovem não for direcionado a atividades socialmente aceitas, este pode se tornar um tempo nocivo.

Sposito e Carrano (2003) também analisam a preocupação que os programas têm sobre a forma como os jovens dispõem de seu tempo livre. Em geral, há uma percepção de que o tempo livre contribuiria para que o jovem pobre ficasse mais sujeito a protagonizar ações violentas, usasse drogas, de modo que um dos focos das políticas públicas, ao visar o enfrentamento dos problemas da juventude, é a criação de programas e ações “orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras” (Sposito & Carrano, 2003, p. 21).

Tais atividades são propostas como diz Alves *et al.* (2006) como um meio que auxilia a formação educativa dos jovens e como uma forma de prevenir desvios como uso de drogas e delinquência por exemplo, por ocupar positivamente o seu tempo livre, evitando que permaneçam no ócio e à mercê dos perigos da rua, como a violência. Indicam assim, uma preocupação de que os jovens não venham a se tornar uma “geração perdida” (Alves *et al.*, 2006, p. 61).

Algumas políticas públicas têm também como objetivo formar o jovem para a cidadania, fazendo com que este se reconheça como um cidadão de fato, capaz de reivindicar seus direitos e protagonizar ações sociais na sua comunidade. Com relação a este protagonismo juvenil, Sposito *et al.* (2006) o definem como um princípio educativo no qual os jovens passam a ser protagonistas, deixando de ser vistos como simples aprendizes e passam a ser compreendidos como sujeitos que podem agir no ambiente em que vivem, alcançando autonomia em suas ações.

Entretanto, como aponta Kafrouni (2009), formar para a cidadania não é uma questão fácil, e os jovens em geral são alvos de uma assistência que é encarada como um favor e não como um direito, contradizendo os avanços jurídicos que postula o reconhecimento de que os jovens são sujeitos de direitos. Kafrouni (2009) critica a falta de reconhecimento do Estado da condição de cidadãos dos jovens pobres, fato que é facilmente perceptível no baixo estímulo à participação destes na elaboração de políticas públicas direcionadas a eles, embora se espere

que protagonizem ações sociais em suas comunidades.

Os enfoques das políticas públicas, na maioria das vezes são pontuais, pois os programas e ações visam somente um aspecto implicado na questão da juventude, como por exemplo, ora a ênfase está no desenvolvimento da autoestima, ora na inserção no mercado de trabalho, mas a formação para a cidadania não aparece. Isto, como aponta Diógenes (2009), pode ser caracterizado como um problema nas políticas públicas direcionadas aos jovens na medida em que estas políticas escolhem um lado para desenvolvimento do jovem. Para que isto não ocorra, Diógenes (2009) propõe que as políticas públicas para a juventude levem em conta o conjunto de experiências, de formas de sociabilidade e de marcas e códigos de linguagem, que delimitam linhas de comunicação e possibilitam a produção de um reconhecimento entre os pares.

Enfim, mesmo considerando a colocação de Rocha (2003, p. 13) de que as políticas direcionadas aos jovens são iguais às demais políticas públicas direcionadas as populações mais pobres “de regiões urbanas periféricas que já sofrem sistematicamente em seu cotidiano, a falta da ação governamental”, hoje tem crescido bastante os programas, projetos e ações destinados a essa faixa etária, e embora as políticas públicas direcionadas aos jovens sejam em geral fundamentadas na exclusão social, que acaba direta ou indiretamente por nortear os programas e ações, questiona-se sobre o que seria a exclusão social, que será tratado no próximo subitem.

A exclusão social

O debate em torno do tema da exclusão, para Vieira, Nunes, Furini e Libório (2010), surge primeiramente em um momento de falência do Estado de Bem-Estar Social das sociedades capitalistas da Europa e, posteriormente, da América Latina, principalmente no Brasil, com o aumento dos problemas urbanos das metrópoles dos anos 1970 e com o aprofundamento da crise econômica da década de 1980, que causou o aumento da desigualdade social e da pobreza.

Vieira *et al.* (2010) apontam que, a exclusão em sua essência não é algo simples de definir, pois é composta de um processo que atinge países subdesenvolvidos e também em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Para

os autores, um fator importante a ser investigado com relação à exclusão é o fator político definido como a exclusão que “está relacionada as possibilidades de existência de qualidade política nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social estaria ligada à pobreza política” (Vieira *et al.*, 2010, p. 48).

A exclusão social, de acordo com Costa (1998), foi primeiramente utilizada nos discursos das políticas sociais, mas somente passou a ter relevância acadêmica quando alcançou a popularidade, que se deu principalmente através da mídia, a qual contribuiu para seu entendimento e sua conceitualização.

A questão da exclusão torna-se a questão social por excelência, mas este termo encontra-se pareado a outro bastante discutido na modernidade: a inclusão. Neste sentido, concorda-se com Sawaia (2008) que relata que, ambos os termos “não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas, invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação” (2008, p. 108), ou seja, quando estamos falando da exclusão o termo inclusão apresenta-se como de dualidade deste, já que a exclusão só existe quando se distingue incluídos de excluídos. Deste modo, ao falar-se da exclusão neste texto, encontra implícito o fato de que os excluídos estão contrapostos aos incluídos.

Para Young (2002), a exclusão surgiu como um movimento de passagem da modernidade para a modernidade recente, de um mundo que vive na assimilação e na incorporação para um mundo que passa a separar e excluir. Para Lopes (2006), a concepção de exclusão se relaciona à condição desenvolvida a partir do neoliberalismo, caracterizada pelos ‘jogos contemporâneos’ entre mercado, trabalho, Estados, poder e desejos.

De acordo com Lesbaupin (2001), o neoliberalismo é caracterizado “como um afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais e de bem estar social inexistentes ou mínimas, em nome da estabilidade financeira e monetária, e a liberação na esfera econômica, com a “mínima” intervenção estatal” que contribui efetivamente para a acentuação do processo de exclusão.

Para Castel (1997, p. 19), o termo exclusão é utilizado para “rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”. Impõe-se para definir as modalidades de miséria

do mundo, o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, que assinala uma situação de vulnerabilidade, que se caracteriza pelo trabalho precário, isolamento social e pela dependência de uma rede de solidariedade.

Se a exclusão tem a ver e é determinada por questões socioeconômicas, ela é sentida pelo sujeito, ou seja, a subjetividade do sujeito é fortemente construída em termos da situação de exclusão que vive. É no sujeito que a exclusão social se legitima. Como diz Sawaia (2008), é no sujeito, e em sua subjetividade que as formas de exclusão se materializam, que experienciam sua motivação, carências, privações, emoções, desejos e necessidades.

Vieira *et al.* (2010) também discutem as implicações da exclusão social nos sujeitos individuais. Ao trazer para análise a questão das relações sociais discriminatórias, apontam que a exclusão social é considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, sendo um processo de ruptura entre o indivíduo e a sociedade. Os autores também relatam que a exclusão social é legitimada quando as políticas públicas não consideram os sujeitos excluídos como base fundamental para sua elaboração.

A exclusão é caracterizada, então, como um processo social de descompromisso com o ser humano, pois este o impede de ter acesso aos benefícios e serviços sociais e o que se vive é uma sobrevivência e não uma vida de verdade.

Vieira *et al.* (2010) destacam também que, as concepções sobre exclusão social são bastante relevantes, pois as políticas públicas vem sendo formuladas utilizando como base o que se compreende por este termo e as mobilizações políticas e sociais estão, também, em curso ao redor do que evoca a expressão exclusão social. Deste modo, para Vieira *et al.* (2010), o termo exclusão caracteriza-se como um processo que permite a elaboração de conhecimentos que sirvam de parâmetro adequado para elaboração e implementação de políticas públicas, e que o fenômeno da exclusão deve ser analisado levando em conta a historicidade do processo a que se refere.

Pode-se perceber, portanto, que a elaboração das políticas públicas não é algo simples, concorda-se com Martins (1997) quando afirma que, as políticas econômicas atuais, denominadas neoliberais, acabam provocando políticas de inclusão precária e marginal.

Martins (1997, p. 17) ao falar sobre as políticas públicas diz que o período de passagem do momento de exclusão para o de inclusão

“está se tornando um modo de vida, está se tornando mais que um período transitório”, pois a sociedade moderna está criando uma grande massa de população excedente, que tem poucas chances de se incluir no atual padrão de desenvolvimento econômico. Além disso, de acordo com Vieira *et al.* (2010) a exclusão precisa ser “minuciosamente contextualizada”, para que seja bem compreendida, evitando assim que ocorra uma exclusão dentro da exclusão.

Castel (2004) aponta que, existem algumas propostas de luta contra a exclusão, mas estas são delimitadas em zonas de intervenção: descapacitados, famílias monoparentais, desempregados, jovens sem emprego e educação. As políticas sociais se colocam como técnicas, como se o problema da exclusão fosse pontual e que pode ser resolvida através da intervenção de profissionais especializados, desconsiderando que a exclusão origina-se de uma produção social. Como também salienta Salles (2009, p. 126) quando diz que, “a intervenção social desse tipo, por ser pontual, não resolve problemas profissionais, culturais e sociais dos jovens que permanecem na zona de vulnerabilidade”, é desconsiderado que a exclusão está inserida dentro de um processo que se origina de uma produção social, a qual deve ser o foco de estudo das políticas públicas, que ao tratar dos jovens de periferia tratam da exclusão e fazem propostas que favoreçam sua inclusão social.

Feijó e Assis (2004) ressaltam que, a vulnerabilidade possui vínculo com a exclusão social à medida que designam um estado de carência, de segregação, discriminação, moradia inadequada, falta de condições para desempenhar papéis na comunidade, e outros. Com isso, a exclusão social e a vulnerabilidade impulsionam a participação do jovem em grupos organizados e em gangues que, de acordo com Salles (2009, p. 116), “rompem com os controles sociais tradicionais, que operam na comunidade e que estão associadas à incapacidade das organizações para resolverem os problemas da comunidade coletivamente”.

Uma definição que se pode dar para a compreensão da exclusão social é que esta se apresenta como o impedimento ou a dificuldade de ter acesso aos direitos da cidadania e às oportunidades sociais. Assim, é pertinente recordar a visão de Rua (1998) que define políticas públicas como o “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. Esta observação é bastante pertinente, pois contribui para compreender as

políticas públicas, onde estas tendem a permanecer muito mais como estado das coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas. Portanto, são planejadas políticas sociais compensatórias, assistenciais e de controle que correm o risco de se tornarem mais um “pronto socorro social” (Castel, 1997, p. 45) sem buscar intervir nos processos que produzem estas situações que são denominadas exclusão.

A exclusão pode ser compreendida, então, como um processo que se caracteriza pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário ou mesmo pela falta de acesso a recursos, bens de consumo e recursos básicos, pela falta de acesso à educação, a saúde, ao mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas.

Considerações finais

As reflexões tecidas neste artigo indicam que as políticas públicas direcionadas aos jovens destinam-se principalmente aos jovens pobres, que pertencem aos estratos sociais mais empobrecidos da população, morador da periferia urbana, e que são percebidos como integrante de famílias consideradas desestruturadas, como jovens que tendem a ficar no ócio, que estão sujeitos ao desemprego, o que acarreta uma perspectiva de vida futura problemática. Os autores analisados apontam que as políticas formuladas para os jovens se embasam em uma visão negativa dos jovens pertencentes aos estratos sociais mais empobrecidos.

Assim, as políticas públicas direcionadas aos jovens excluídos devem ser traçadas com o desafio de ressignificar valores e atitudes dos jovens que se sentem excluídos, e que são excluídos do acesso a equipamentos e diversos serviços urbanos e nos seus lugares de convivência (Diógenes, 2009). Para tanto, segundo a autora, estes jovens devem ser interligados através de uma ‘rede de direitos’ que os formem como efetivos sujeitos atuantes, ultrapassando sua atuação e vivência de costume. Deste modo, é necessário que sejam construídas políticas públicas de forma que os jovens atendidos possam realmente viver uma mudança efetiva em suas condições de vida.

Conforme destacou-se, a questão da exclusão social está fortemente embasando as políticas públicas direcionadas aos jovens pobres visto que este é um grupo social considerado problemático. Assim, na medida em que a

exclusão social acaba por embasar a elaboração de programas e ações, as intervenções se voltam a preparar o jovem para o seu futuro com o intuito de incluí-los socialmente. Porém, como fazer isso se na sociedade não há lugar para todos, como apontam Bauman (2005), Wacquant (2001, 2007), Sennett (2006), entre outros. Bauman (2005) se refere ao grupo de excluídos como 'lixo humano', à medida que são considerados inúteis para a sociedade.

Concorda-se que o investimento em políticas públicas direcionadas aos jovens é importante, porém destaca-se que estas se fazem presentes de modo pouco significativo, evidenciando que o que parece subsidiar a atuação do poder público junto à juventude é a situação de ser mais ou menos vulnerável. Pode-se supor que isto ocorre principalmente pelo fato de que os jovens sujeitos das políticas públicas são jovens em desvantagem social, em geral reduzidos aos estereótipos de jovens problemáticos ou facilmente sujeitos ao 'desvio', ao uso de drogas e protagonismo de violência.

É neste sentido que Zaluar (1997) critica este objetivo das políticas públicas norteada por uma visão homogênea e negativa das classes populares:

As políticas sociais devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Em outras palavras, não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade existente neste país, são poucos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminosa, exigindo assim, um atendimento especial para eles que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre estas (Zaluar, 1997, p. 8).

Diante do exposto, foi possível observar que as políticas públicas se apresentam como de grande importância para os jovens e principalmente para os jovens que se encontram em situação de exclusão social. Acredita-se que as políticas públicas podem colaborar para o desenvolvimento dos jovens, mas para isto estas políticas devem ser elaboradas levando em conta as necessidades e particularidade dos jovens. Nesse sentido, se concorda com Diógenes (2009) que argumenta que, para a elaboração de

políticas públicas eficazes é necessário que se redefina a finalidade destas políticas.

Referências

- Abad, M. (2002). "Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil". *Última década*, Viña Del Mar, 16.
- Abad, M. (2003). Crítica política das políticas públicas de juventude. In M. Freitas, & F. Papa (Orgs.). *Políticas públicas-juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert.
- Abramo, H. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 25-36.
- Abramovay, M., & Castro, M. (2006). *Caleidoscópio das violências nas escolas*. Brasília, DF: OXFAM. Recuperado em 26 agosto, 2016, de https://miriamabramovay.files.wordpress.com/2013/05/violencia-nas-escolas_13agosto.pdf
- Alves, I. B., Souza, J. F., Jesus, L. P., Roxo, T. S. (2006). Juventude e políticas públicas de estado e emancipatórias: algumas comparações. In J. S. e Silva, J. L. Barbosa, & A. I. Silva (Orgs.). *Políticas públicas no território das juventudes*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão.
- Andrade, E. R., & Neto, M. F. (2009). Juventude e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In M. Abramovay, E. R. Andrade, & L. C. G. Esteves. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (p. 57-80). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Bauman, Z. (2005). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Berni, V. L., & Roso, A. A. (2014). adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 126-136.
- Bourdieu, P., & Champagne, P. (1998). Os excluídos do interior. In Bourdieu, P., & Champagne, P. *Escritos de educação*. (pp. 217-227). Petrópolis: Vozes.

- Bourdieu, P. (1983). A “juventude” é apenas uma palavra. In P. Bourdieu. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Carrano, P. C. R., & Dayrell, J. T. (2002). Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *Anais da Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG, Brasil, 25.
- Castel, R. (1997). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC.
- Castel, R. (2004). *Las trampas de la exclusión: trabajo y utilidad social*. Buenos Aires: Topia.
- Castro, M., & Abramovay, M. (2003). *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/ para/ com juventudes*. UNESCO. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001313/131361por.pdf>
- Castro, M., & Abramovay, M. (2002). Para um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(2), 19-46. Recuperado em 26 agosto, 2016, de https://www.rebep.org.br/revista/article/view/311/pdf_292
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>
- Dayrell, J., & Carrano, P. C. (2003). *Jovens no Brasil - difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Recuperado em 26 agosto, 2016, de http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf
- Diógenes, G. (2009). Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In M, Mendonça Filho, & Nobre, M. T. (Orgs.). *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. (pp. 271-288). Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFS.
- Dubet, F. (2001). As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação [online]*, 17, 05-18. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a01.pdf>
- Esteves, L. C. G., & Abramovay, M. (2007). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In M. Abramovay, E. R., Andrade, & L. C. Esteves (Orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. (pp. 21-56). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Ferreira, A. da S. G., Oliveira, F. S. de, Rito, I. N. de A.; Botelho, J. do N.; Mendonça, J. M.; Silva, K. F. da, ..., Mora, L. de la (2006). Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife. In J. de S. Silva, J. L. Barbosa, & A. I. Sousa (Orgs.). *Políticas públicas no território das juventudes*. (pp. 45-60). Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão. Recuperado em 26 agosto, 2016, de http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes, ano XXI*(55), 30-41. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>
- Kafrouni, R. (2009). *A dimensão subjetiva da vivência de jovens em um programa social: contribuições à análise de políticas públicas para a juventude*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Kliksberg, B. (2006). O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, 40(5), 909-942.
- Krawczyk, N. (2011). Reflexões sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 41(144), 752-769.
- Leão, G. M. P. (2006). Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização

- elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 31-48. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a03v32n1.pdf>
- Lesbaupin, I. (2001). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes.
- Lopes, J. R. (2006). Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia e Sociedade*, 18(2), 13-24.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In M de L. J. Contini (Coord.), S. H. Koller (Org.). *Adolescência e psicologia: concepções práticas e concepções críticas*. (pp. 16-24). Rio De Janeiro: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, XXV(105-106), 139-165. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>
- Peralva, A. (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, 5, 6, 15-24. Recuperado em 26 agosto, 2016, de http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbe_digital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANGELIN_A_PERALVA.pdf
- Rocha, W. S. da. (2003). Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão In J. de S. Silva, J. L. Barbosa, & A. I. Sousa (Orgs.). *Políticas públicas no território das juventudes*. (pp. 11-19). Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão. Recuperado em 26 agosto, 2016, de http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf
- Salles, L. M. F. (2009). *Uma reflexão a respeito de jovens, escola e violência*. Tese de Livre-Docência, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil.
- Salles, L. M. F., & Silva, J. M. A. P. (2011). Juventude e inserção social: um estudo com jovens da periferia urbana. *Anais do Encontro Nacional da Abrapso*, Recife, Pernambuco, 16.
- Sarriera, J. C., Tatim, D. C., Coelho, R. P. S., & Busker, J. (2007). Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 361-367. Recuperado em 26 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a03v20n3.pdf>
- Sawaia, B. (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sennett, R. (2006). *La cultura del nuevo capitalismo*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Siebert, C. D., Araújo, C. L. R., Rodrigues, E. A. C., Souza, G. A. S., Pereira, J. A., Azevedo, W. R., ... & Araujo, L. F. (2006). Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na UFES. In J. de S. Silva, J. L. Barbosa, & A. I. Sousa (Orgs.). *Políticas públicas no território das juventudes*. (pp. 70-78). Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão. Recuperado em 26 agosto, 2016, de http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf
- Souza, C. (2003). Introdução. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, 39, 11-24. Recuperado em 27 agosto, 2016, de <file:///C:/Users/usuario/Downloads/RCRH-2006-273.pdf>
- Sposito, M. P., Silva, H. H. de C., & Souza, N. A. de. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), 238-257.
- Sposito, M. P., & Corrochano, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17(2), 141-172. Recuperado em 27 agosto, 2016, de <http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/12474/14251>
- Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39. Recuperado em 27 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>

Vieira, A. B., Nunes, M., Furini, L. A., & Libório, R. C. (2010). Exclusão social: a formação de um conceito. In E. S. Melazzo, & R. B. Guimarães (Orgs.). *Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas*. (pp. 33-58). São Paulo: Editora UNESP.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.

Young, J. (2002). *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan.

Zaluar, A. (1997). Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35), 1-20.
Recuperado em 27 agosto, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/35alba.pdf>

Recebido em: 24/04/2016

Aceito em: 20/07/2016